



12º MESTRES E CONSELHEIROS

BH ____ MG

PATRIMÔNIO COMO AÇÃO LOCAL

EIXO TEMÁTICO 1: OS AGENTES DO PATRIMÔNIO: CONSELHOS, MOVIMENTOS SOCIAIS, ONGS,...

O PATRIMÔNIO E A TENSÃO: O Palácio Tiradentes e a importância dos movimentos sócio políticos da cidade do Rio de Janeiro.

**RAMOS, DIEGO (1); RODRIGUES, ANA CLARA (2); CAVALCANTI, BRUNA (3);
RANGEL, MARIANA (4); MATOS, MILENE (5).**

1. UFF – Universidade Federal Fluminense. PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Estrada Francisco da Cruz Nunes, 2800, Bl. 01, apto 610, Piratininga-Niterói/RJ
Cep:24350-310
E-mail: diegoramos@id.uff.br
2. UNILASALLE RJ - Centro universitário Lasalle. Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Av. José Mendonça de Campos, 518 BL.2 Apto. 303. Colubandê - São Gonçalo/RJ
CEP: 24451-001
E-mail: anactavares@soulasalle.com.br
3. UNILASALLE RJ - Centro universitário Lasalle. Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Presidente Pedreira, 153 apto 904, Ingá - Niterói/RJ
CEP: 24210-470
E-mail: bruna.cavalcanti@soulasalle.com
4. UNILASALLE RJ - Centro universitário Lasalle. Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Antônio José dos Santos, Qu 69, Lt 21, Casa 1
Jardim Atlântico Oeste (Itaipuaçu) - Maricá/RJ
CEP: 24935-620
E-mail: mariana.galindo@soulasalle.com.br
5. UNILASALLE RJ - Centro universitário Lasalle. Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Mauá, 729, sobrado.
Porto Velho - São Gonçalo/RJ
CEP: 24430370
E-mail: milene.silva@soulasalle.com.br

RESUMO

O artigo tem por propósito refletir sobre o Patrimônio Cultural como objeto representativo do poder político e, assim, alvo de apropriações por meio de movimentos sociais que em oposição a esse símbolo, podem desencadear depredações. Os objetos de estudo são as manifestações de 2013 e a depredação ocorrida contra o Palácio Tiradentes durante estes eventos. A partir destes eventos pretende-se debater o papel dos movimentos sociais para a ressignificação do patrimônio e do seu poder simbólico. A análise será feita a partir dos conceitos de patrimônio cultural; poder simbólico; valor, risco e danos. Em relação à preservação desses bens culturais, serão abordadas as medidas de salvaguarda (garantia do valor de uso) e das medidas preventivas, cercamentos, gradeamentos

(garantias do valor de troca monetária) tomadas pelos órgãos responsáveis a fim de prevenir possíveis danos ao patrimônio durante manifestações. Busca-se analisar a relação entre as depredações no Palácio Tiradentes, símbolo de poder político, e as manifestações sociais ocorridas no ano de 2013, conhecidas como Revolta do Vinagre ou Jornadas de Junho (VAINER et al, 2013). O objeto de estudo, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), é discutido a partir de sua representação simbólica (BOURDIEU, 1989) e seu valor sociocultural para a população carioca, relacionando-os às depredações recorrentes nas frequentes manifestações sociais ali transcorridas. A pesquisa científica do tipo exploratória com abordagem qualitativa sobre o tema, será realizada no contexto do Palácio Tiradentes no centro da cidade do Rio de Janeiro. A fundamentação teórica é composta por Bourdieu (1989) sobre poder simbólico, Vainer et al (2013) sobre apropriação, Choay (2014), sobre patrimônio cultural. Primeiramente serão abordadas as questões sobre valor, riscos e danos relacionados ao patrimônio cultural, seu poder simbólico, a origem do seu conceito e sua mudança de significado ao longo dos anos, e a diferença existente entre o conceito de patrimônio histórico e patrimônio cultural. Posteriormente será apresentado um breve conceito histórico das manifestações de transportes no Rio de Janeiro, e em seguida as Jornadas de Junho, destacando suas motivações, a forma como ocorreram em frente à Alerj e as consequências geradas a este patrimônio, como as depredações realizadas por parte dos manifestantes. Além disso, será abordado o histórico do Palácio Tiradentes, os grupos conhecidos como Black Blocs e sua ligação com os danos ocorridos, os conflitos policiais e as manutenções preventivas implementadas. Por último, serão retratadas as ressignificações ao patrimônio edificado, onde os manifestantes que eram contrários aos atos de depredação perceberam os danos causados na noite do dia 17 de junho de 2013 e assim organizaram atos simbólicos ao Palácio Tiradentes e às autoridades para representarem a ideia de paz e solidariedade, tanto à edificação quanto aos policiais.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Manifestações sociais; Alerj.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa a relação entre as depredações no Palácio Tiradentes, símbolo de poder político, e as manifestações sociais ocorridas no ano de 2013, conhecidas como Revolta do Vinagre ou Jornadas de Junho (VAINER et al, 2013). O objeto de estudo, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), é discutido a partir de sua representação simbólica (BOURDIEU, 1989) e seu valor sociocultural para a população carioca, relacionando-os às depredações recorrentes nas frequentes manifestações sociais ali transcorridas. Para fins de entendimento sobre a conexão entre as depredações ao patrimônio e as manifestações sócio políticas cariocas, recorre-se ao vínculo entre Revolução Francesa e o surgimento do conceito de preservação e, posteriormente, ao de patrimônio cultural.

O poder simbólico do Palácio Tiradentes é impregnado, de tal modo que se apresenta como um dos principais objetos representativos a serem combatidos nas manifestações no Rio de Janeiro devido a representação de seu passado político. Tal e qual bem edificado afirma-se no espaço público como forte símbolo do poder. O local possui relevância para a memória política do Brasil desde o Período Colonial, pois abrigava o edifício Casa de Câmara e Cadeia onde eram realizados os trabalhos do Legislativo (ALERJ, 2020). Essa Casa também era responsável pela repressão praticada em séculos passados por um governo autocrático, ou seja, era o local onde ditava-se leis e ao mesmo tempo prendiam aqueles que não as cumpriam. Um dos mártires desse sistema foi o próprio Tiradentes, que foi condenado à prisão devido sua participação na Inconfidência Mineira e, logo em seguida, foi julgado e considerado culpado, sendo condenado a pena de morte pelo sistema regente da época.

Tal fato reforça o símbolo de poder político (BOURDIEU, 1898) que esse patrimônio cultural representa, presente também no âmbito construtivo, já que o arquétipo utilizado na construção reforça a supremacia política através de elementos arquitetônicos, como por exemplo uma enorme escadaria até sua entrada e um elevador pé direito, fazendo com que o Palácio Tiradentes seja um espaço considerado por muitos como pouco convidativo às massas mais populares, pelos seus signos arquitetônicos. Há uma utilização tipológica que remete a soberania e ao empoderamento edificado. Ou seja, a partir das discussões levantadas pode-se perceber que a ALERJ foi escolhida como local base de estudos deste artigo devido a sua relevância, sobretudo política e cultural, poder simbólico e memória para o patrimônio cultural fluminense. Essa relação conflituosa se dá em virtude da representação como bem cultural, e do espaço público símbolo edificado de um sistema político (BOURDIEU, 1898) atraindo manifestantes opositores.

Dessa forma, manifestações sociais ocorridas no ano de 2013 caracterizaram-se como

emblemáticas apropriações multifacetadas às ruas da área central carioca por uma multidão de jovens. Consideradas turbulentas sobretudo pelos sucessivos confrontos entre manifestantes e policiais, gerando um elevado grau de depredação e insegurança nas ruas e avenidas da área central da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo as Avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e a Rua Primeiro de Março. Sendo, em geral a Candelária o ponto de concentração dos manifestantes e a Cinelândia a dispersão das massas em protestos (RAMOS, 2015). Multitemáticas e plurais em suas abordagens e reivindicações, as manifestações sociais de 2013 reúnem grande diversidade de agentes e questões.

No entanto, o ponto de convergência parece estar na rejeição pela população de determinados símbolos edificados do poder político, sendo o prédio da Alerj um relevante exemplar. Contudo, o Palácio Tiradentes figurava como um dos pontos de maior tensão nestes eventos, dada a presença e ação mais fervorosa tanto dos cidadãos quanto da força policial, buscando garantir a segurança dos políticos reunidos na edificação, e por isso foram necessárias medidas de manutenção preventiva e enfrentamento aos riscos para garantir a integridade do prédio onde localiza-se a Alerj, um importante patrimônio cultural edificado da cidade do Rio de Janeiro.

Para compreender melhor o conceito de patrimônio cultural é importante conhecer sua origem, começando com o significado da palavra patrimônio, que origina-se do latim *patrimonium*, que tratava-se de um conjunto de bens que eram passados de pais para filhos, carregava o sentido de herança e legado, porém atualmente, sua definição ampliou-se consideravelmente (POULOT, 2009 apud SILVA, 2011). Mais tarde, patrimônio ganhou um novo significado atrelado aos conceitos de valor, riscos e danos, já que esses ideais surgiram após as intensas depredações ocorridas contra monumentos históricos durante a Revolução Francesa. Essas depredações fizeram com que manifestasse um senso de preservação aos patrimônios culturais, já que uma parcela da população reconheceu o valor atribuído aos bens culturais (COELHO, 2018 apud RAMOS, 2020).

A valorização dos bens culturais gerou preocupação com sua preservação, assim, a atenção voltada aos cuidados dos bens culturais foi o que constituiu um conjunto de leis voltadas para a conservação de tais edificações, além da criação de penalidades para quem fizesse algum dano a esses bens culturais (CHOAY, 2014).

Com o estabelecimento dos conceitos de valor, riscos e danos além da ideia de preservação de bens culturais levantada a partir da Revolução Francesa, foi consolidado o conceito de patrimônio cultural, que consiste em preservar, de forma material ou imaterial, a história e a memória de determinada comunidade (CHOAY, 2014).

Tendo em vista essa temática, o artigo busca refletir sobre o seguinte questionamento: Qual é a relação entre o patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro e as depredações ocorridas durante as manifestações sociopolíticas de 2013? Partindo de tal questão, é possível analisar a abordagem da temática do artigo.

Sendo assim, este artigo terá como premissa o estudo da conflituosa e dialética relação entre o Palácio Tiradentes e as manifestações sociais do ano de 2013, e dessa forma entender as depredações ao patrimônio cultural da cidade durante os grandes eventos sociopolíticos da central carioca. Além disso serão abordados os seguintes objetivos específicos:

- Reafirmar a importância das grandes manifestações sociais e as depredações ocorridas durante a Revolução Francesa para o surgimento do campo do patrimônio cultural.
- Evidenciar o poder simbólico da arquitetura do Palácio Tiradentes como ícone edificado do poder político carioca.
- Relacionar as medidas de salvaguarda governamentais às manifestações do ano de 2013 e as decorrentes depredações sofridas pelo Palácio Tiradentes, à repressão policial e ao cercamento do patrimônio cultural.
- Explicitar as medidas de salvaguarda, que foram adotadas pelo governo durante esse período de grandes aglomerações de massa nas ruas e danos aos bens da cidade, que ocorreram nessas manifestações políticas do Rio de Janeiro em 2013.
- Compreender os atos de depredações direcionados a patrimônios culturais durante manifestações sociais.
- Evidenciar o poder simbólico das depredações aos bens culturais edificados como memória urbano social, relacionando-o às insatisfações da população mediante políticas públicas.

A pesquisa científica do tipo exploratória com abordagem qualitativa sobre o tema, será realizada no contexto do Palácio Tiradentes no centro da cidade do Rio de Janeiro. Para que o estudo fosse possível, houve um levantamento bibliográfico sobre poder simbólico, apropriação e patrimônio cultural. Os principais autores que contribuíram com o trabalho foram Bourdieu (1989) sobre poder simbólico, Vainer et al (2013) sobre apropriação, Choay (2014), sobre patrimônio cultural. Além disso, também aconteceu uma análise documental de livros, artigos e sites.

Para que haja eficiente compreensão acerca do tema escolhido, o artigo será desenvolvido da seguinte forma: primeiramente serão abordadas as questões sobre valor, riscos e danos relacionados ao patrimônio cultural, seu poder simbólico, a origem do seu conceito e sua mudança de significado ao longo dos anos e a diferença existente entre o conceito de patrimônio histórico e patrimônio cultural.

Posteriormente será apresentado um breve conceito histórico das manifestações de transportes no Rio de Janeiro, e em seguida as Jornadas de Junho, destacando suas motivações, a forma como ocorreu em frente à Alerj e as consequências geradas a este patrimônio, como as depredações realizadas por parte dos manifestantes. Além disso, será abordado o histórico do Palácio Tiradentes, os grupos conhecidos como *Black Blocs* e sua ligação com os danos ocorridos, os conflitos policiais e as manutenções preventivas utilizadas.

Por último, serão retratadas as ressignificações ao patrimônio edificado, onde os manifestantes, que eram contrários aos atos de depredação, perceberam os danos causados na noite do dia 17 de junho de 2013 e assim organizaram atos simbólicos ao Palácio Tiradentes e às autoridades para representarem a ideia de paz e solidariedade, tanto à edificação quanto aos policiais.

VALORES E RISCOS: A ORIGEM DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Antes de abordar o conceito de patrimônio cultural, é necessário que haja uma reflexão sobre os conceitos de valor, riscos e danos. Segundo Coelho (2018), “o conceito de valor é compreendido como um conjunto de características ou qualidades percebidas em bens culturais por indivíduos ou grupos de indivíduos, atribuídos de acordo com os contextos socioculturais, modificando-se ao longo do tempo”. Ou seja, antes de um bem cultural ser considerado patrimônio, levanta-se o questionamento acerca do seu valor para diferentes parcelas da população, definindo o significado agregado àquele bem.

A compreensão de danos e riscos a patrimônios culturais está atrelada ao entendimento do valor atribuído a um determinado monumento histórico e ao questionamento social que ele pode gerar, sendo assim um alvo para danos intencionais, justamente essas avarias que provocaram a reação de valorização, concebendo uma nova compreensão dos valores documentais, científicos e artísticos (COELHO, 2018 apud RAMOS, 2020). Dessa forma, existem dois lados, o do Estado progressista, o qual é direcionado a parte de finanças,

voltadas às despesas e equipamentos militares e o das normas que tinham como objetivo garantir a proteção dos bens (RAMOS, 2020).

A base para definir as ações que protegem e minimizam os danos direcionados aos patrimônios é considerar e reconhecer os riscos aos quais estão submetidos, como depredações durante as manifestações (pedradas, vidros quebrados, incêndios, entre outros). Os danos realizados causam aumento na sensação de opressão pela forma como é gerenciada a prevenção dos riscos aos monumentos. Isto é, a partir dos confrontos entre policiais e manifestantes, os atos de gradear e cercar os bens culturais durante eventos nos quais reúnem uma concentração de pessoas são uma estratégia amplamente utilizada como medida de salvaguarda, no entanto, obstruem também apropriações positivas e conexões visuais com tais monumentos por parte do público em geral (RAMOS, 2020).

Quando o tema de riscos e danos voltados aos patrimônios é abordado, é importante enfatizar que o envolvimento das comunidades locais é imprescindível na vigilância ou proposição de soluções voltadas para problemas envolvendo bens culturais, uma vez que as comunidades da região unidas a técnicos e órgãos responsáveis por monitorar tais bens culturais tornam sua preservação muito mais efetiva (ICOMOS, 2010 apud RAMOS, 2020).

Dito isto, o poder simbólico é uma forma de poder de construção da realidade relacionado a um valor adquirido por um bem que se mantém de maneira homogênea ao longo do tempo, até que seja absorvido pela sociedade, gerando uma cultura que reconhece aquele elemento como representação de um poder dominador (BOURDIEU, 1898). Devido a esse valor atribuído aos bens edificados, manifestantes são atraídos com intuito de degradá-los, questionando as ações daquele poder político.

Atualmente, para discorrer sobre a importância da conservação dos bens culturais de determinada localidade, é necessário entender o contexto histórico que envolve a Revolução Francesa (1789 - 1799) e sua relação com a origem do conceito de patrimônio cultural. A Revolução Francesa, assim como as manifestações de junho de 2013 no Brasil, foi motivada por questões sociopolíticas, devido ao sufocamento da classe inferior e da diminuta quantidade de direitos voltadas à essa parcela da população (BOULOS JÚNIOR, 2015).

Em 1789, após o envolvimento com a guerra dos 7 anos (1756-1763) e com a guerra da independência dos Estados Unidos (1776), o Estado francês passava por uma severa crise econômica e política. Além disso, o país usufruía de um governo de natureza absolutista, no qual o Terceiro Estado, constituindo cerca de 80% da população, era desfavorecido economicamente, enquanto o Primeiro e o Segundo Estado (clero e nobreza

respectivamente), pequena parte da população, controlava o governo e detinha o resíduo das riquezas restantes da França (BOULOS JÚNIOR, 2015).

Devido à miséria e à ausência de direitos dessa maior parcela da população, esses cidadãos menos favorecidos acabaram por realizar grandes revoltas contra o poder absolutista opressor exercido no território francês da época (BOULOS JÚNIOR, 2015). Com isso, além do caos instaurado e dos assassinatos de representantes do absolutismo, os revolucionários de 1789 também buscavam destruir qualquer símbolo dessa monarquia tirana que negava os direitos da população, incluindo construções ligadas à nobreza (CHOAY, 2014).

No entanto, as depredações realizadas aos patrimônios culturais daquele contexto não foram motivadas por ódio à edificação em si, mas sim à repulsa aos preceitos e valores que essas construções retratavam. Algumas dessas construções não só espelhavam os ideais do governo absolutista, como também realizavam a manutenção desse sistema, tendo como exemplo a Bastilha, cuja depredação foi um grande marco da Revolução Francesa (CHOAY, 2014).

Os monumentos demolidos, danificados ou desfigurados por ordem ou com o consentimento dos comitês revolucionários o são-na medida em que simbolizavam poderes e de valores desprezados, encarnados pelo clero, pela monarquia e pela feudalidade: manifestação de rejeição face a um conjunto de bens cuja inclusão macularia o patrimônio nacional, impondo-lhe os emblemas de uma ordem terminada. (CHOAY, 2014, p. 113).

Dessa forma, é válido ressaltar que o conceito de vandalismo foi utilizado pela primeira vez pelo abade Henri Grégoire (1750-1851) ao qualificar a destruição de bens por parte dos revolucionários. Os relatórios sobre vandalismo escritos por Grégoire em 1793 e 1794 para serem exibidos ao Comitê de Instrução Pública foram muito significativos por denunciarem as brutalidades cometidas contra patrimônios culturais (CHOAY, 2014). Portanto, a ideia de vandalismo tem como objetivo realizar uma transformação no cenário social, de forma a causar um rompimento com as ideias de cunho elitista anteriormente atreladas a tais bens culturais (RAMOS, 2020). Dessa forma, torna-se pejorativo o uso do termo vandalismo relacionado a depredações de bens.

Deste modo, o propósito da Revolução Francesa era de retirar o poder governamental autoritário da monarquia absolutista e transferi-lo para o povo. Isto posto, houve mudança também sobre a posse dos bens culturais, passando-os para domínio dos cidadãos, e assim, a partir de outubro de 1789 os bens do clero, emigrantes e da nobreza foram colocados à disposição da nação (CHOAY, 2014).

Com a tomada dos bens culturais por parte do povo, houve uma necessidade de organização das novas posses. De acordo com Choay (2014), para que esse gerenciamento acontecesse, os comitês revolucionários criaram uma comissão dos Monumentos, que definiram uma série de etapas: classificar os bens culturais em diferentes categorias; inseri-los nos inventários, informando seu estado de conservação; e por último garantir sua proteção.

Além disso, também com o intuito de preservar os monumentos históricos ameaçados pela revolução, foi necessário desenvolver um conjunto de leis voltadas para a conservação e salvaguarda patrimonial. Dessa forma, foi estruturado um decreto para que fosse convocada a parcela da população não complacente com as depredações aos monumentos, a fim de organizar uma espécie de patrulhamento de proteção ao patrimônio. Ademais, foram definidas penalidades àqueles que de alguma forma pudessem degradar os patrimônios da história, das artes e das ciências (CHOAY, 2014).

O contexto que envolve a Revolução Francesa compreende dois lados. O primeiro é voltado à destruição, uma vez que analisa a ocorrência de depredações e saques contra monumentos históricos e obras de arte com o intuito de pôr fim a representação material das classes dominantes nas cidades, sendo essas a nobreza e o clero, devido ao fato de que diversos edifícios medievais eram símbolos dessas classes e, portanto, alvos de ataques. Assim, o segundo lado da revolução tinha como foco a restauração, onde ocorreria a identificação de tais monumentos e obras como patrimônio históricos, sendo assim um contexto onde, além de destruições, houve um importante marco de conhecimentos históricos, levando ao estabelecimento de leis que tratassem especificamente sobre esse assunto, protegendo assim os monumentos de futuras ameaças de organizações revoltosas (RAMOS, 2020).

É importante destacar que inicialmente era utilizado o conceito chamado de patrimônio histórico, que envolvia o conjunto de monumentos e documentos relevantes à história e formação da identidade de certo povo. Contudo, na XVII reunião da Unesco em 1972, este conceito foi complementado por fatores imateriais, sendo então denominado de patrimônio cultural, envolvendo tudo aquilo que compunha importantes fatores para a cultura, sabedoria e valores de uma comunidade ou território (CANCLINI, 1990 apud RAMOS, 2020).

AS JORNADAS DE JUNHO E O PALÁCIO TIRADENTES

O questionamento quanto ao valor e qualidade do transporte público brasileiro é periódico na história do país, o que consolidou o estopim de algumas manifestações sociopolíticas, tal como a Revolta dos Vintém, ocorrida em 1879. Esse movimento foi motivado pelo aumento

excessivo da passagem dos bondes de tração animal, localizados no Rio de Janeiro. Além disso, em 1901 e 1987 ocorreram protestos de caráter similar à Revolta dos Vintém, já que a população também rejeitou os valores do transporte público impostos pelo poder governamental. Todas essas manifestações possuíam em comum a participação de um grupo heterogêneo de manifestantes unidos por um mesmo interesse, depredações à cidade e aos meios de transportes e uma repressão seja através da cavalaria ou do efetivo policial transformando as ruas em um ambiente similar a um campo de guerra (RAMOS, 2020).

Considerando o cenário político e social do ano de 2013, era possível observar que as manifestações por todo o Brasil tiveram como estopim o aumento de 20 centavos sobre o preço da passagem dos transportes públicos. Embora a principal motivação do movimento tenha sido uma simples reivindicação ligada às passagens de ônibus, as Jornadas de Junho procederam com um forte cunho político (RAMOS, 2020).

As manifestações que ocorreram em junho de 2013, apesar de não serem inovadoras no quesito das causas e consequências ou quanto à ocupação da Avenida Rio Branco e do centro histórico do Rio de Janeiro, são dignas de notoriedade pelo poder que tiveram nas redes sociais, onde ocorreu uma potencialização do seu alcance. Nas mídias sociais os protestos eram organizados a partir da articulação de um público majoritariamente jovem, e assim, os protestos ganharam forte interesse, pois a partir de eventos virtuais os participantes eram incentivados a comparecer fisicamente nas ruas. Tais eventos eram organizados com datas e horários previamente definidos em redes sociais, onde também eram estabelecidos os locais de concentrações e dispersões, além da forma como os manifestantes deveriam se vestir, tornando o evento massivo e ágil, pelo grande alcance de pessoas (RAMOS, 2020).

Uma manifestação de rua, dois dias antes, reunindo mais de 200 mil pessoas, acabou por mudar o perfil dos que estavam protestando em favor da redução da tarifa. O chamado, feito via redes sociais, trouxe as próprias redes sociais para a rua. Quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários tirados do *Facebook* e do *Twitter*. (VAINER et al, 2013, p. 173)

Nesse contexto, as manifestações do ano de 2013 se deram na cidade do Rio de Janeiro por meio de organizações virtuais, que geralmente propunham protestos nos quais os manifestantes se reuniam e expressavam seu descontentamento por meio de palavras de ordem e depredações a edificações de relevância histórica e cultural como os edifícios da praça da Cinelândia, o Paço Imperial e o Palácio Tiradentes.

O Palácio Tiradentes é um edifício classificado como patrimônio cultural, tombado em março de 1993 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2019). Este fato deve-se a sua importância histórica, já que foi sede de diversas decisões de grande importância política, cultural e histórica para a cidade do Rio de Janeiro. Tal como foi abordado anteriormente, o edifício onde hoje encontra-se a sede da Alerj foi a localidade da Casa de Câmara e Cadeia (1631), responsável por elaborar as leis da época (ALERJ, 2020). Desse modo, o local onde hoje se encontra a sede da Alerj possui cunho político desde a época colonial brasileira.



Figura 1: Imagem aérea das manifestações na Av. Rio Branco, Rio de Janeiro, 2013.

Fonte: (IELA, 2017)

No período colonial, a Casa de Câmara e Cadeia reunia o poder legislativo e as finanças da cidade. Além disso, funcionava também como cadeia municipal, o que era usual na época, uma vez que, nas cidades coloniais da América portuguesa, edificações desse cunho possuíam prisões em seu programa arquitetônico. Sendo esta construção popularmente conhecida como Cadeia Velha, local que já manteve em cárcere importantes figuras da história do país, como Joaquim José da Silva Xavier, revolucionário da Inconfidência Mineira, conhecido popularmente como Tiradentes, que eventualmente foi condenado à morte no dia 21 de abril de 1792 (ALERJ, 2020).

A conhecida Cadeia Velha foi palco de diversos acontecimentos relevantes no passado do país. Serviu de abrigo para os funcionários da Coroa portuguesa, que fugiram para o território brasileiro em 1808, por motivos de tensões políticas europeias causadas pelas invasões do exército francês ao redor do continente, liderado por Napoleão Bonaparte. Além disso, a Casa de Câmara e Cadeia foi palco da aprovação da Lei Áurea em 1888, assinada pela Princesa Isabel, que abolia a prática de escravidão no Brasil (ALERJ, 2020).

Portanto, analisando os episódios anteriormente citados, é possível compreender que o local onde futuramente seria construído o Palácio Tiradentes no contexto colonial era uma edificação que validava e fortificava o sistema monárquico opressor. Além disso, após a consolidação da República, a Casa de Câmara e Cadeia, que estava em estado precário, foi demolida para dar lugar ao Palácio Tiradentes, que serviria de Câmara legislativa federal, inaugurada em 6 de maio de 1926. Desde sua inauguração em 1926 até 1960, todos os presidentes eleitos no país tomaram posse naquele local, desde Washington Luís (1926 - 1930), até Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), ressaltando a ideia de símbolo de poder político (BOURDIEU, 1989).

É válido mencionar que o Palácio Tiradentes, durante a Ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945 liderada por Getúlio Vargas (1934 - 1945, 1951 - 1954), abrigou não só o Ministério da Justiça como o Departamento de Imprensa e Propaganda (ALERJ, 2020). Este órgão era responsável por toda a propaganda governamental e censura da mídia, portanto, a edificação mais uma vez foi símbolo de um autoritarismo governamental.

Após a transferência da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para Brasília em 1960 por Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), o edifício tornou-se a sede da Assembleia legislativa no Estado da Guanabara (Aleg), onde reunia o poder legislativo do estado. Desta forma, com a união entre os estados da Guanabara e Rio de Janeiro no ano de 1975, o Palácio Tiradentes tornou-se a sede da denominada Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), permanecendo responsável por abrigar ações do poder legislativo do estado até os dias atuais (ALERJ, 2020).

Nesse âmbito, a ligação dos bens edificados da época da Revolução Francesa com o Palácio Tiradentes se dá pelo contexto semelhante em que se encontravam, onde o governo falhou em atender as necessidades e direitos do povo, ocasionando manifestações populares que resultaram na degradação de símbolos culturais edificados, com a finalidade de atentar os governantes para a insatisfação popular referente a forma como a gestão do estado estava sendo executada. Isso pode ser observado durante as manifestações de junho de 2013, onde manifestantes picharam as fachadas da Alerj, invadiram e jogaram pedras — bem como fogos

de artifício e bombas caseiras — nessa edificação com intuito de protestar contra o prefeito, o governador e contra o aumento do preço das passagens de ônibus (RAMOS, 2020).

Tais danos aos patrimônios que aconteceram nessas massivas manifestações foram causados por um grupo de pessoas mascaradas vestidas de preto, para que suas identidades não fossem reveladas, autointitulados *black blocs*. Os *black blocs*, em tradução literal Bloco Negro, tem como objetivo principal causar danos materiais às instituições consideradas opressoras a população. Esses grupos normalmente atingem estabelecimentos privados, como agências bancárias, quebrando vidraças e pichando paredes de bens patrimoniais que representam algum tipo de poder, com o intuito de causar prejuízos, o que aconteceu no Rio de Janeiro na noite do dia 17 de junho de 2013, onde seus danos atingiram principalmente fachadas de bens tombados, pois eles têm preferência a locais com maior dificuldade de reparação (RAMOS, 2020).

Devido a ação desses grupos a Polícia Militar produziu uma nota onde informou que estava monitorando e investigando os manifestantes que fossem violentos ou que danificassem os bens públicos, tanto com pichações como com depredações, incluindo os grupos *black blocs*. Dessa forma, a manifestação que inicialmente tinha como temática o aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro ficou marcada por danos ao patrimônio cultural, como o caso de alguns manifestantes que atearam fogo no Palácio Tiradentes e invadiram-no, o que promoveu mais depredações, quebrando pisos, paredes, janelas, danificando fachadas, entre outras destruições. Entretanto, nessa mesma noite do dia 17 de junho outros manifestantes diziam ser contrários a esses atos de danos ao patrimônio cultural, que teve aproximadamente 30% dos vidros das janelas quebrados por pedras atiradas em direção a edificação (RAMOS, 2020).

Dessa forma, com a intensificação e consolidação dos atos revoltosos no território brasileiro, foram tomadas algumas medidas de salvaguarda, ou seja, medidas preventivas a fim de preservar bens materiais e patrimônios culturais, utilizando grades, tapumes, cercas e principalmente o efetivo policial, que tinham como principal objetivo evitar pichações, pedras e bombas. No entanto, as manifestações acabaram desenvolvendo um caráter violento, visto que manifestantes ligados aos *black blocs* danificaram diversas propriedades, tanto patrimoniais (como no caso da Alerj) quanto privadas. Devido a estes ocorridos, existiu uma grande repressão policial, fazendo da área central do Rio de Janeiro um verdadeiro campo de batalha, constituído de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha (RAMOS, 2020).



Figura 2: Depredação da Alerj durante manifestação social
Fonte: (VICE, 2013)



Figura 3: Manifestantes incendeiam a entrada da Alerj.
Fonte: (MARCELO, 2013)

APROPRIAÇÕES POSITIVAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

Sabe-se que o patrimônio cultural edificado foi amplamente danificado durante as manifestações sociais de junho de 2013, embora tenham sido iniciadas de uma forma pacífica. Entretanto, após uma desgastante série de protestos, manifestantes começaram a tomar consciência dos danos causados ao patrimônio do centro da cidade carioca, e promoveram apropriações positivas às edificações patrimoniais anteriormente prejudicadas.

No dia 18 de junho de 2013, dia seguinte aos atos de intensa depredação do Palácio Tiradentes, cidadãos cariocas se reuniram no local anteriormente depredado para protestar pacificamente contra a destruição do monumento, por meio da utilização de cartazes que afirmavam oposição aos atos de destruição, além de flores brancas distribuídas aos policiais, simbolizando o ato pacífico. Foi organizado também um abraço simbólico ao Palácio, representando uma ideia de paz e solidariedade ao patrimônio, além da tentativa fracassada de abraços aos policiais ali presentes, o que simbolizaria uma ideia de união e proteção ao edifício da Alerj (RAMOS, 2020).

Os manifestantes pacíficos tomaram atitudes não só simbólicas como também colaborativas. Os cidadãos uniram-se a funcionários de limpeza e conservação com o intuito de auxiliar na organização da cidade após um evento caracterizado por tamanha violência, como um ato de carinho e respeito a cidade do Rio de Janeiro e aos seus bens patrimoniais, desvinculando o ato da manifestação de sua característica negativa (RAMOS, 2020).



Figura 4: Manifestante oferece rosas ao policial durante protesto na Alerj, 2013.

Fonte: Alexandre Durão - Divulgação Agência G1

Outro exemplo de apropriação positiva como resposta às violências causadas ao patrimônio cultural na cidade do Rio de Janeiro ocorreu no Paço Imperial, outro importante edifício patrimonial do município, onde diversos manifestantes levaram seus filhos para desenhar no local como forma de estabelecer um convívio e uma conexão, desde pequena, da criança com o prédio, compreendendo assim sua importância artística e histórica (RAMOS, 2020).

CONCLUSÃO

Conforme foi aprofundado ao longo do desenvolvimento do artigo, a questão levantada sobre a relação entre o patrimônio cultural e as depredações ocorridas durante as manifestações de 2013 foi respondida ao relatar fatos como a história do Palácio Tiradentes e seu grande significado como representação simbólica de poder que ocasiona diversos protestos e apropriações por parte dos manifestantes, como ocorreu em junho de 2013. Ao entender o contexto podemos considerar que o objetivo geral desse artigo foi alcançado, visto que ao relatar o contexto histórico do Palácio Tiradentes foi possível compreender o motivo do edifício ser um alvo de depredações durante grandes eventos sociopolíticos, principalmente durante as Jornadas de Junho, devido seu valor simbólico atrelado ao poder político.

Além disso, analisando os objetos de estudo, sendo esses as manifestações de 2013 e a depredação ocorrida contra o Palácio Tiradentes durante os atos, é possível observar que as medidas de salvaguarda adotadas por representantes públicos não são integralmente eficazes, visto que ocorrem depredações e apropriações negativas às áreas patrimoniais do Rio de Janeiro mesmo na presença de tapumes, grades, cercas e efetivo policial. À vista disso, é notória a necessidade de outras formas de preservação do patrimônio cultural, como por exemplo uma educação em escala macro de caráter preventivo, para que a população reconheça os valores simbólicos culturais e artísticos das zonas patrimoniais, e dessa forma legitimar o patrimônio cultural para entendê-lo como um bem de permanência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALERJ. **Palácio Tiradentes:** Através da história. 2020. Disponível em: <http://www.palaciotiradentes.rj.gov.br/historia/>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História:** Sociedade e Cidadania. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CANCLINI, Néstor Garcia. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (pp. 94-115). Rio de Janeiro, nº 23, 1990

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 2. ed. Lisboa: Arte e comunicação, 2014. ISBN: 978-972-44-1205-4

COELHO, Carla M.T. **Gestão de Riscos para Sítios Históricos:** uma discussão sobre valor. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ICOMOS - INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Heritage at Risk. ICOMOS world report 2000 on monuments and sites in danger.** Paris: ICOMOS, 2000, Disponível em https://www.icomos.org/risk/world_report/2000/trends_eng.htm. Acesso em 17 nov. 2020.

IELA - Instituto de Estudos Latino-Americanos. **Brasil: Tempos tensos e grávidos.** UFSC. 2017. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/noticia/brasil-tempos-tensos-e-gravidos>. Acesso em: 27 nov. 2020.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Tombados:** Lista dos bens tombados e processos de tombamento. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 06 nov. 2020.

MARCELO, Tasso - Girando no Vale Notícias. **Ato no Rio reúne 100 mil, começa em paz, mas minoria provoca confusão.** 2013. Disponível em: <https://girandonovale.wordpress.com/2013/06/18/ato-no-rio-reune-100-mil-comeca-em-paz-mas-minoria-provoca-confusao/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX:** do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMOS, D.M.S. **O palco das manifestações sociais cariocas:** um estudo da espacialização urbana da Avenida Rio Branco. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.

RAMOS, D.M.S. **Patrimônio pulsante:** Manifestações sociais e a apropriação simbólica do patrimônio cultural na área central carioca. 2020.

SILVA, Livia Moraes e. **Reflexões sobre a preservação do patrimônio:** o caso da lista do patrimônio mundial da UNESCO. 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888108_ARQUIVO_anpuhLiviaMoraeseSilva.pdf . Acesso em: 19 out. 2020.

VAINER, Carlos et al. **Cidades Rebeldes** : Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil. 1. ed. [São Paulo]: Boitempo, 2013.

VICE. **A Tomada da Alerj**. 2013. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/pgezpy/a-tomada-da-alerj>. Acesso em: 27 nov. 2020.